

PGGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 32

Março - 2012

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Decretos..... 2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência..... 2

Atos Internos..... 2

Notícias..... 3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

**PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO**
João dos Passos Martins Neto

**SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO**
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO**ESTADUAL***Decretos***DECRETO Nº 801, de 9 de fevereiro de 2012**

Introduz as Alterações 2.925 a 2.928 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 802, de 9 de fevereiro de 2012

Regulamenta o processo de credenciamento e seleção do servidor docente e fixa critérios de concessão de honorários de hora-aula e de outros serviços em atuação na Escola Penitenciária da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

DECRETO Nº 804, de 9 de fevereiro de 2012

Qualifica o Instituto de Saúde e Educação Vida (ISEV), com sede na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, como Organização Social na área da Saúde.

DECRETO Nº 806, de 9 de fevereiro de 2012

Regulamenta a Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011, que institui o Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura.

DECRETO Nº 807, de 9 de fevereiro de 2012

Aprova o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Estadual para as Eleições de 2012 e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 808, de 9 de fevereiro de 2012

Regulamenta o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados de que trata a Lei nº 15.694, de 21 de dezembro de 2011, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 810, de 15 de fevereiro de 2012

Altera dispositivo do Decreto nº 398, de 28 de julho de 2011, que estabelece cadastro ambiental para atividades de plantio, cultivo, florestamento e reflorestamento e de projeto agrícola nas áreas rurais que menciona.

DECRETO Nº 819, de 16 de fevereiro de 2012

Qualifica o Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (IPAS), com sede na cidade de Agrestina, Estado de Pernambuco, como Organização Social na área da Saúde.

DECRETO Nº 835, de 28 de fevereiro de 2012

Introduz a Alteração 2.932 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 836, de 28 de fevereiro de 2012

Introduz as Alterações 2.933 e 2.934 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 837, de 28 de fevereiro de 2012

Altera o Decreto nº 704, de 17 de outubro de 2007, que regulamenta a Lei nº 13.342, de 10 de março de 2005, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC).

DECRETO Nº 846, de 28 de fevereiro de 2012

Dispõe sobre a suspensão temporária e em caráter excepcional da exigência de apresentação das certidões negativas nos casos que menciona e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 850, de 28 de fevereiro de 2012

Institui o Grupo Gestor do Registro Mercantil Integrado para coordenar e articular o processo de integração dos registros empresariais.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**JURISPRUDÊNCIA****SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

RECURSO ESPECIAL Nº 1.299.182 - SC (2011/0308101-3)

Relator: ministro Francisco Falcão

Recorrente: Estado de Santa Catarina

Publicação: 9 de março de 2012

Decisão:

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DE SANTA CATARINA, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido por seu Tribunal de Justiça, que restou assim ementado: Apelação cível. Constitucional e administrativo. Abono de permanência. Natureza indenizatória, o que impede a incidência de imposto de renda. Exegese do art. 40, § 19, da Constituição Federal. Sentença reformada. Recurso provido. (...)

Sustenta o recorrente que o juízo a quo violou os arts. 43, I e II, e § 1º, do CTN; 7º da Lei 10.887/2004; 3º, §§ 1º e 4º, da Lei 7.713/88. Pugna pela incidência de Imposto de Renda sobre abono de permanência. Defende que se trata de verba remuneratória, não indenizatória. Relatados. Decido.

O recurso merece ser provido.

ATOS INTERNOS**PORTARIA PGE/GAB Nº 016, de 13 de fevereiro de 2012**

Designa servidores para cumprir Decreto 3.486/2010, de 03/09/2010, no que se refere à Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável de ativos, Depreciação, Amortização e Exaustão dos bens móveis da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina.

PORTARIA PGE/GAB Nº 017, de 13 de fevereiro de 2012

Cria, como núcleo especial dos órgãos de execução da Procuradoria Geral do Estado, o Escritório da Procuradoria Geral do Estado junto ao Tribunal de Justiça do Estado.

PORTARIA PGE/GAB Nº 018, de 14 de fevereiro de 2012

Designa Procurador do Estado para exercer suas funções no Escritório da Procuradoria Geral do Estado junto ao Tribunal de Justiça do Estado no período de 1º de março de 2012 a 1º de fevereiro de 2014.

PORTARIA PGE/GAB Nº 019, de 16 de fevereiro de 2012

Designa Procuradores do Estado para compor a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório dos empossados em decorrência da aprovação no 8º (oitavo) Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de Cargos de Procurador do Estado.

PORTARIA PGE/GAB Nº 020, de 17 de fevereiro de 2012

Dispensa a arguição da preliminar de chamamento da União e do Município ao processo, nas ações movidas contra o Estado de Santa Catarina, cujo pedido envolver o fornecimento de medicamentos, insumos, cirurgias e materiais não padronizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

PORTARIA PGE/GAB Nº 021, de 17 de fevereiro de 2012

Designa Procurador do Estado para o exercício da função de chefia de Procurador-Chefe da Procuradoria Especial em

Brasília.

PORTARIA PGE/GAB Nº 022, de 28 de fevereiro de 2012

Define a abrangência das Procuradorias Regionais em Santa Catarina.

PARECER Nº 033/2012

Origem: Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc

Autor: Ana Cláudia Allet Aguiar

Ementa: Servidor Público. Advogado Fundacional. Adicional de Pós-Graduação. Previsão em Lei.

PARECER Nº 038/2012

Interessado: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Videira

Autor: Silvio Varela Junior

Ementa: Servidor Público. Contagem tempo serviço. Efeitos. Arts. 122 e 123, da Lei nº 6.844/1986. Alteração introduzida pela LC nº 36/1991. Instituição do RPPS. Pagamento obrigatório de contribuição previdenciária. Desnecessidade de averbação de tempo de contribuição relativo a outro vínculo.

NOTÍCIAS

Eleições: PGE produz Manual com regras para servidor público.

Agentes públicos do Estado devem seguir uma série de normas para garantir o equilíbrio e a imparcialidade com vistas às eleições municipais deste ano. Para isso, o governador Raimundo Colombo assinou o Decreto Nº 807, que aprova o “Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Estadual para as Eleições 2012”. O texto, produzido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e aprovado pela Secretaria de Estado da Casa Civil, foi publicado no Diário Oficial do Estado de 10 de fevereiro.

O Manual está baseado na legislação eleitoral vigente, que disciplina o comportamento dos agentes públicos no decorrer do período eleitoral, estabelecendo penalidades para eventual favorecimento de candidatos, partidos políticos e coligações partidárias.